SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção dos Serviços Agrícolas

Decreto n.º 4:395

Tendo sido constituída pelo decreto com força de lei n.º 3:492, de 25 de Outubro de 1917, uma brigada técnica, cujo chefe era o engenheiro agrónomo José Joaquim dos Santos, com o fim de proceder ao reconhecimento da zona em que se encontrassem ootecas ou casulos ovíferos de acrídios, e propor os meios que julgasse convenientes para evitar a destruição das colheitas por aqueles insectos, e oportunamente a extinção dos mesmos;

Havendo porém sido criada pelo decreto com força de lei n.º 4:249, de 8 de Maio do corrente ano, que aprovou a organização dos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura, a Inspeção dos Serviços de Patologia Vegetal, à qual incumbe a vigilância, inspecção e tratamento necessário para preservar ou proteger as culturas contra as epifítias e parasitas, animais ou vegetais, nocivos às culturas;

Tendo sido o mesmo engenheiro agrónomo José Joaquim dos Santos nomeado, por decreto de 11 do mesmo mês de Maio, chefe da 1.ª Divisão da Direcção dos Serviços Agrícolas:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a brigada técnica para a extinção de acrídios, constituída pelo decreto n.º 3:492, de 25 de Outubro de 1917.

Art. 2.º É encarregado de dirigir os trabalhos de extinção de acrídios o director geral, adido, inspector dos Serviços de Patologia Vegetal, João da Câmara Pestana, para o qual passam as atribuições conferidas pelo citado decreto n.º 3:492, de 25 de Outubro de 1917, ao chefe da mencionada brigada.

Art. 3.º As despesas a que se referem os artigos 6.º e 7.º do mesmo decreto n.º 3:492 continuam a ser satisfeitas pela verba destinada no orçamento da Secretaria de Estado das Subsistências e Transportes ao pagamento de encargos resultantes da crise económica, podendo o Secretário de Estado da Agricultura requisitar à 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, por intermédio da Direcção dos Serviços Agrícolas, as quantias necessárias ao mesmo fim.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Secretários de Estado de todas as Secretarias de Estado o façam publicar. Paços do Governo da República, 30 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS—*João Tamagnini de Sousa Barbosa—Alberto Osório de Castro—Francisco Xavier Esteves—Amílcar Castro de Abreu e Mota—José Carlos da Maia—Joaquim do Espírito Santo Lima—Joaquim Mendes do Amaral—Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá—José Alfredo Mendes de Magalhães—Henrique Forbes de Bessa—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Direcção do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas

Decreto n.º 4:396

Tendo em atenção o disposto no § 2.º, artigo 5.º, da lei n.º 215, de 30 de Junho de 1914, e o acôrdo estabe-

lecido entre o Governo e o Banco de Portugal, na segunda parte da condição 5.ª do contrato de 29 de Abril de 1918, celebrado com o mesmo Banco, mediante a autorização que ao Governo foi concedida pelo decreto com força de lei n.º 4:144, de 23 do referido mês, na conformidade das bases anexas ao mesmo decreto:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A partir de 1 de Janeiro de 1918 é elevado a 5:000.000\$ o fundo especial de crédito agrícola, criado pelo decreto com força de lei de 1 de Março de 1911, e mantido pela lei n.º 215, de 30 de Junho de 1914, e que exclusivamente se destina às operações de crédito agrícola preceituadas na citada lei n.º 215, e nos decretos com força de lei n.º 4:022, de 29 de Março de 1918, e n.º 4:124, de 20 de Abril de 1918.

Art. 2.º O Banco de Portugal, sob garantia do Estado, abrirá à Junta do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas, na sede de Lisboa, e nas delegações distritais, um crédito em conta corrente, até o limite do débito da importância referida no artigo anterior, cumprindo à mesma Junta, nos termos da organização do Ministério da Agricultura, aprovada pelo decreto com força de lei n.º 4:249, de 8 de Maio de 1918, fixar as verbas e ordenar os respectivos depósitos no mesmo Banco, à ordem da Direcção do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas, para que a mesma Direcção as distribua às caixas de crédito agrícola mútuo.

Art. 3.º A quantia de 5:000.000\$ a que se refere o artigo 1.º, e que, segundo o preceituado no mesmo artigo, exclusivamente se destina a operações de crédito agrícola contratadas e realizadas nos precisos termos da legislação nele citada, não poderá, em caso algum, ser desviada da sua rigorosa aplicação.

§ único. Os vogais da Junta do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas são individual e colectivamente responsáveis pela infracção do preceituado neste artigo, e não os inibe dessa responsabilidade nem sequer lha atenua qualquer ordem em contrário, seja qual for a autoridade de que ela dimanar.

Art. 4.º Todas as operações efectuadas pelo Banco de Portugal referentes aos fundos do crédito agrícola, ou a capitais doutra proveniência, em depósito no mesmo Banco, que se destinem a operações de crédito agrícola realizadas nos termos da legislação citada no artigo 1.º, serão feitas sem encargos e sem lucros para o mesmo Banco, que apenas, e a título de indemnização de gerência e serviço, terá uma comissão de 1/4 por cento sobre a importância total do lado do débito da conta corrente, fechando se a conta aos semestres.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Secretários de Estado das Finanças e da Agricultura o façam publicar. Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS—*João Tamagnini de Sousa Barbosa—Alberto Osório de Castro—Francisco Xavier Esteves—Amílcar Castro de Abreu e Mota—José Carlos da Maia—Joaquim do Espírito Santo Lima—Joaquim Mendes do Amaral—Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá—José Alfredo Mendes de Magalhães—Henrique Forbes de Bessa—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.*